



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN  
GABINETE DO PREFEITO

*Uma Frontin para todos*



MENSAGEM N° 226 /2021.

**EXMO. SENHOR PRESIDENTE E PARES DA CÂMARA MUNICIPAL**

Temos a grata satisfação de submeter à apreciação dessa Colenda Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei nº 226 /2021, que versa sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 912.420,06 (novecentos e doze mil, quatrocentos e vinte reais e seis centavos) referente a recurso da Atenção Especializada compondo Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2020 na conta 8439-5 (Banco do Brasil)..

Desta forma, na procura da legitimidade e esmero de nossos trabalhos, e em acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, encaminhamos o presente projeto de lei, para apreciação, discussão e votação, por parte desta egrégia Câmara Municipal.

No ensejo, reiteramos os nossos votos de estima e distinta consideração.

Eng. Paulo de Frontin, 11 de maio de 2021.

**JOSÉ EMMANOËL RODRIGUES ARTEMENKO**  
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin  
Protocolo nº 1807 ds 19/05/21  
Livro nº 04 Fls 65/66  
ASS. José Emanoel

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin  
Recebido em 19/05/21  
Hora: 14:54  
ASS. Wieder  
M. 353



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN  
GABINETE DO PREFEITO



ENGENHEIRO  
PAULO DE FRONTIN  
PREFEITURA

*Uma Frontin para todos*

**PROJETO DE LEI N° 026 DE 11 DE MAIO DE 2021**

EMENTA: "Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Vigente"

A CÂMARA MUNICIPAL DE ENG.º PAULO DE FRONTIN aprova e eu, José Emmanoel Rodrigues Artemenko, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte

**LEI MUNICIPAL:**

**Art. 1º.** Em conformidade com o artigo 4º da Lei Municipal nº 1495, de 29 de dezembro de 2020, fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por Superávit Financeiro, na importância de R\$ 912.420,06 (novecentos e doze mil, quatrocentos e vinte reais e seis centavos).

FONTE 0203 = R\$ 912.420,06 (Atenção Especializada)

| Órgão | Unid | Função | Sub função | Programas | Proj/Ativ | Elemento de Despesa        | Valor (R\$) |
|-------|------|--------|------------|-----------|-----------|----------------------------|-------------|
| 03    | 01   | 10     | 302        | 3004      | 2365      | 3.3.90.30.00.00.00.00.0203 | 300.000,00  |
| 03    | 01   | 10     | 302        | 3004      | 2365      | 3.3.90.32.00.00.00.00.0203 | 500.000,00  |
| 03    | 01   | 10     | 302        | 3004      | 2365      | 3.3.90.39.00.00.00.00.0203 | 62.420,06   |
| 03    | 01   | 10     | 302        | 3004      | 2365      | 4.4.90.52.00.00.00.00.0203 | 50.000,00   |

**Art. 2º.** O recurso para atender à presente suplementação é oriundo de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2020; conforme inciso I do Art. 43 da Lei nº 4.320 de 17/03/64.

**Parágrafo Único:** O Superávit Financeiro apurado a que se refere o caput está demonstrado da seguinte forma:

**BALANÇETE CONTÁBIL DE VERIFICAÇÃO EM 31/12/2020**

Agência 4647-7 Conta 8439-5 Banco do Brasil Saldo: R\$ 954.896,50

| ATIVO            |                       | PASSIVO      |                       |
|------------------|-----------------------|--------------|-----------------------|
| FINANCEIRO       |                       | FINANCEIRO   |                       |
| Disponibilidades | R\$ 954.896,50        | Obrigações   | R\$ 42.476,44         |
|                  |                       | Superávit    | R\$ 912.420,06        |
| <b>Total</b>     | <b>R\$ 954.896,50</b> | <b>Total</b> | <b>R\$ 954.896,50</b> |

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Eng. Paulo de Frontin, 11 de maio de 2021.

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin

Protocolo n° 107 de 19/05/21

Livro n° 01 Fp. 05/66

ASS. *[Assinatura]*

JOSÉ EMMANOEL RODRIGUES ARTEMENKO

Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin

Recebido em 19/05/21

Hora: 14:54

ASS. *[Assinatura]*

M. 353



## PARECER

Ementa: “Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente”.

### I – CONSULTA:

Foi encaminhado a esta Procuradoria desta Casa de Leis para emissão de parecer, o Projeto de Lei nº. 026/2021 (Mensagem 26/21), de autoria do Executivo Municipal, que tem por escopo dispor sobre a abertura de crédito adicional **suplementar** no orçamento vigente.

É o sucinto relatório. Passo a análise jurídica.

### II – FUNDAMENTAÇÃO:

#### 2.1. Da Competência e Iniciativa

O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no art. 30, inciso I da Constituição da República e no **art. 69, incisos II e VI da Lei Orgânica Municipal**.

Trata-se de propositura de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 106 c/c 109 da Lei Orgânica Municipal.

Desta forma, quanto à competência e iniciativa a Consultoria Jurídica OPINA favorável a tramitação do Projeto de Lei em comento.

#### 2.2. Do Parecer Contábil

Persistindo dúvidas quanto ao aspecto contábil, financeiro e orçamentário do Projeto de Lei em análise, a Consultoria Jurídica s.m.j., recomenda aos vereadores, em especial aos membros da Comissão de Finanças e Orçamento, que solicitem parecer ou orientação técnica junto ao setor contábil desta Casa de Leis.

#### 2.3. Da Tramitação e Votação

Preliminarmente, a propositura deverá ser submetida ao crivo das Comissões Permanentes de Legislação, Justiça e Redação Final (art. 79, do R.I.), de Saúde e Educação e Assistência Social (art. 82, do R.I.) e de Finanças e Orçamento (art. 80, do R.I.).

Após a emissão dos pareceres na forma regimental e a posterior inclusão na ordem do dia, a propositura deverá ser votada em turno único de discussão e votação.

O quórum para aprovação será por maioria simples, através de processo de votação ordinária com regime de urgência desta Casa de Leis, ressalvadas as hipóteses previstas no R.I.

### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Consultoria Jurídica opina pela POSSIBILIDADE JURÍDICA da tramitação, discussão e votação do projeto de lei ora examinado.

A emissão de parecer por esta Procuradoria Geral não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento. Dessa forma, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos ser utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, salvo melhor juízo das Comissões Permanentes e do Plenário desta Casa Legislativa.

Engº. Paulo deFrontin, 24 de maio de 2021.

Maurício José Xavier Jaccoud  
Procurador Jurídico



## PARECER

**OBJETO:** Projeto de Lei do Executivo que autoriza abertura de crédito adiciona suplementar no Município de Engº. Paulo de Frontin.

**PARECER CSEA, de 24 de maio de 2021.**

De autoria do(a) Chefe do Executivo Municipal, o projeto em epígrafe dispõe sobre a autorização para abertura de crédito adicional suplementar.

A presente proposição vai para tramitação em regime ordinário consoante previsão dos arts. 110, I; 117; 120 e; 135 c/c 139, ambos do Regimento Interno desta Casa, não recebendo emendas ou substitutivos.

Na sequência do processo legislativo, foi a proposição encaminhada a esta Comissão (LJR), a fim de ser analisada quanto a seus aspectos constitucional, legal e jurídico, conforme previsto nos artigos 82, do Regimento Interno.

Ao examinarmos a matéria, pudemos constatar que o assunto em tela é de natureza executiva quanto à iniciativa, de competência exclusiva, nos termos do que dispõe a Lei Orgânica, pelo art. 69 da mesma L.O.M., preenchendo ainda os requisitos estabelecidos pela Lei de regência.

Atendidos os parâmetros da Lei Complementar nº 101/2000, e da Lei nº 4320/64 e estáando em conformidade com a LOA, a LDO e o PPA

Diante do exposto, no âmbito do que nos cabe apreciar, manifestamo-nos favoráveis à a aprovação do Projeto de Lei nº 026, de 2021.

Sala das Comissões, em 24/05/2021.

Presidente(a)

Relator(a)

Membro(a)



## PARECER

**OBJETO:** Projeto de Lei do Executivo que autoriza abertura de crédito adicional no Município de Engº. Paulo de Frontin.

**PARECER CFO, de 20 de maio de 2021.**

De autoria do(a) Chefe do Executivo Municipal, o projeto em epígrafe dispõe sobre a autorização para abertura de crédito **suplementar**.

A presente proposição vai para tramitação em regime ordinário consoante previsão dos arts. 110, I; 117; 120 e; 135 c/c 139, ambos do Regimento Interno desta Casa, não recebendo emendas ou substitutivos.

Na sequência do processo legislativo, foi a proposição encaminhada a esta Comissão (LJR), a fim de ser analisada quanto a seus aspectos constitucional, legal e jurídico, conforme previsto no artigo 80, I a IV, do Regimento Interno.

Ao examinarmos a matéria, pudemos constatar que o assunto em tela é de natureza executiva quanto à iniciativa, de competência exclusiva, nos termos do que dispõe a Lei Orgânica, pelo art. 69 da mesma L.O.M., preenchendo ainda os requisitos estabelecidos pela Lei de regência.

Atendidos os parâmetros da Lei Complementar nº 101/2000, e da Lei nº 4320/64 e estáando em conformidade com a LOA, a LDO e o PPA

Diante do exposto, no âmbito do que nos cabe apreciar, manifestamo-nos favoráveis à aprovão do Projeto de Lei nº 026, de 2021.

Sala das Comissões, em 24/05/2021.

Presidente(a)

Relator(a)

Membro(a)



## PARECER

**OBJETO:** Projeto de Lei do Executivo que autoriza abertura de crédito adicional suplementar no Município de Engº. Paulo de Frontin.

**PARECER CLJR, de 20 de maio de 2021.**

De autoria do(a) Chefe do Executivo Municipal, o projeto em epígrafe dispõe sobre a autorização para abertura de crédito suplementar.

A presente proposição vai para tramitação em regime ordinário consoante previsão dos arts. 110, I; 117; 120 e; 135 c/c 139, ambos do Regimento Interno desta Casa, não recebendo emendas ou substitutivos.

Na sequência do processo legislativo, foi a proposição encaminhada a esta Comissão (LJR), a fim de ser analisada quanto a seus aspectos constitucional, legal e jurídico, conforme previsto no artigo 79, do Regimento Interno.

Ao examinarmos a matéria, pudemos constatar que o assunto em tela é de natureza executiva quanto à iniciativa, de competência exclusiva, nos termos do que dispõe a Lei Orgânica, pelo art. 69 da mesma L.O.M., preenchendo ainda os requisitos estabelecidos pela Lei de regência.

Atendidos os parâmetros da Lei Complementar nº 101/2000, e da Lei nº 4320/64 e estándo em conformidade com a LOA, a LDO e o PPA

Diante do exposto, no âmbito do que nos cabe apreciar, manifestamo-nos favoráveis à aaprovação do Projeto de Lei nº 026, de 2021.

Sala das Comissões, em 20/05/2021.

Presidente(a)

Relator(a)

Membro(a)



## **Andamento Processual**

Processo nº CM 1804

Data 19/05/21

Origem Executive

Processo nº 086/21

Assunto Autoriza a abrt. cred. Adic. paul. ao Drº. Bigente.

Prazo

## Termino do Prazo

## Despacho

Da Secretaria da Câmara para Presidência Data: 19/05/21  
Rubrica: Fsaliba AP.

Recebido pela Mesa em / - /

Da Mesa para: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Recebido pela Comissão em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

Convocada reunião da Comissão para: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ às \_\_\_\_ hs

Retorno ao Plenário com Parecer em: / /

#### **Da tramitação em Plenário:**

## **Andamento do Processo**

## Approaches of state vision

by 24/5/27